

# ICANN80 POLICY FORUM 2024

10 a 13 junho, Kighali- Ruanda



•pt



## ICANN80 POLICY FORUM... ...ESTIVEMOS LÁ!

O Ruanda recebeu pela primeira vez, na sua capital, Kigali, o ICANN Policy Forum. Trata-se de um país cujo passado (muito) recente está marcado pela violência, discriminação e tragédia humana. As marcas do genocídio que dizimou o país em 1994, ainda são hoje visíveis. Num país com uma população de cerca de 14 milhões e meio de pessoas, foi-nos apresentada uma taxa de penetração da Internet um pouco acima dos 30%. O digital começa a ser uma prioridade entre muitas outras, mas o caminho ainda é longo. Ainda assim o Ruanda arrebatou-nos com a sua organização, sentido de comunidade e, acima de tudo, humanismo, refletido – e apenas como exemplo – no mantra que parece orientar o rumo do país, e a vida dos ruandeses, e que de todos nós merece reflexão: **“Perdoar, para continuar”**.

Foi entre os dias 10 e 13 de junho, que Kigali acolheu a 80.ª edição do Policy Forum, que contou com 109 sessões, 1581 participantes (957 presenciais e 624 online), representando 123 países/territórios.

Números à parte, esta edição do Policy Forum foi incontestavelmente marcada pelo anúncio do **novo Presidente e**



**CEO da ICANN**, Kurt Erik “Kurtis” Lindqvist, um líder da indústria, com mais de 30 anos de carreira no mercado dos ISP’s (*Internet Service Providers*) e grande experiência no seio da comunidade ICANN. Kurt Erik sucederá à Presidente interina, Sally Costerton, e assumirá funções a 5 de dezembro de 2024. Por esta altura, o novo Presidente terá pela frente um ano de execução do Plano Estratégico de 2021-2025, mas terá também já em versão draft o novo Plano Estratégico 2026-2030, cujos pilares, objetivos e KPI’s propostos foram apresentados nesta reunião, na sessão *“ccNSO: What Are ccTLD Relevant Aspects in FY26-30 Strat Plan?”*.

O que interessadamente observámos - e que de seguida tentaremos demonstrar - é que os pilares estratégicos deste Plano estão, de facto, muito alinhados com as principais matérias abordadas e amplamente debatidas durante o Policy Forum, e que, naturalmente, espelham aquelas que são as atuais e futuras preocupações da indústria de nomes de domínio. O draft de **Plano Estratégico da ICANN** agora apresentado à comunidade para discussão, começa por apresentar uma nova visão, mais simples e concisa, onde é combinado o que é a função core da organização com o seu propósito fundamental. *“As the trusted steward of the Internet’s unique identifier systems, ICANN is dedicated to strengthening the single, globally interoperable Internet for all”*

O primeiro pilar da proposta de Plano Estratégico 2026-2030 é – como não poderia deixar de ser – **“Sustain and promote ICANN’s Multistakeholder Model, an inclusive Internet Governance model”**. A defesa do modelo multistakeholder (MSM) de governação da Internet foi uma constante durante todo o Policy Forum, com várias sessões dedicadas ao debate deste importante tópico para a comunidade técnica, entre as quais, a sessão organizada pelo GAC *“Navigating the Multistakeholder Approach: The ICANN Community’s Role in Global Internet Governance”*, que deixou uma sensação positiva de *deja vu* face ao debate ocorrido durante a Net

Mundial+10<sup>1</sup>, e a sessão do ccNSO *“How ccTLDs Contribute to a Better World”*, durante a qual Sally Costerton alertou para a necessidade de não darmos este modelo como garantido e lembrou que os ccTLD’s têm um papel crucial na defesa do MSM junto das suas comunidades. Este papel materializa-se, por exemplo, na participação nas discussões internacionais e nacionais sobre o tema, esclarecendo os decisores sobre a sua importância e evidenciando como o bom e correto funcionamento da Internet depende dele. A este propósito, foi também durante esta sessão que formalmente se apresentou à comunidade o paper **[“Towards WSIS+20: The GDC, SDGs, and Why They Matter to ccTLDs”](#)**, elaborado pelo ccNSO Internet Governance Liaison Committee (IGLC) da ICANN, e que descreve os passos que os ccTLD’s poderão seguir para participarem nos processos de governação digital global em curso, particularmente aqueles desencadeados no seio da Organização das Nações Unidas (ONU), no âmbito do WSIS+20 e do Global Digital Compact (GDC). Diga-se que o .PT foi um dos redatores deste paper. Este enquadramento, aliado à natureza (multiparticipativa), missão e responsabilidades de uma organização como a ICANN, justificam, a nosso ver, plenamente a opção por este primeiro pilar.

---

<sup>1</sup> Ver artigo **[“Netmundial: 10 anos depois”](#)**

O segundo pilar da proposta de Plano Estratégico 2026-2030 é **“Enhance Organizational Excellence”**, através, designadamente, do foco na sustentabilidade financeira, da assunção de responsabilidade ambiental, e da promoção da presença e impacto global da atividade da ICANN. A importância do cumprimento, até 2030, dos 17 Sustainable Development Goals (SDG’s), lançados pela ONU, foi uma constante em várias sessões do Policy Forum, através das quais ccTLD’s, gTLD’s e registrars tiveram oportunidade de partilhar as iniciativas que têm vindo a desenvolver, e que continuarão a promover, para contribuírem para o alcance dos SDG’s. O registry francês enfatizou o apoio de cerca de 1.5 milhões de euros a 87 iniciativas nacionais, entre 2012 e 2023, muito focadas na formação de jovens e de PME’s. Ficou claro que a comunidade está cada vez mais ciente da sua responsabilidade ambiental e da importância do seu contributo para alterar status quo e, por esta razão, a *“ecological responsibility”* não poderia deixar de figurar no Plano Estratégico da ICANN. Por outro lado, os últimos dados relativos ao mercado global de nomes de domínio<sup>2</sup> revelam uma desaceleração gradual, transversal e constante do número de novos nomes de domínio registados e da receita gerada, consequentemente, tanto para ccTLD’s como gTLD’s. Esta circunstância já não é tão timidamente assumida pelos principais players do DNS como outrora, e há hoje um reconhecimento de que



as tendências que o mercado revela exigirão desta comunidade capacidade de adaptação e maior agilidade para garantir a sua sustentação financeira a curto e médio prazo.

O terceiro pilar da proposta de Plano Estratégico 2026-2030 é **“Collaborate with relevant stakeholders to evolve the Internet’s unique identifier systems”**, contribuindo, nomeadamente, para a inclusão digital através da promoção da Universal Acceptance (UA) e de uma cultura que promova a inovação, competição e a liberdade de escolha dos consumidores, acompanhando constantemente a

---

<sup>2</sup> [CENTRstats TLD Report](#)

evolução tecnológica. O multilinguismo e a UA – prática recomendada de conformidade técnica, pela qual se defende que todos os nomes de domínio e endereços de e-mail válidos, independentemente da escrita, idioma ou extensão de caracteres, devem ser igualmente usados por todas as aplicações, dispositivos e sistemas que se conectam à Internet - foram abordados em diversas sessões do Policy Forum, revelando um elevado interesse e preocupação da comunidade relativamente à exclusão digital motivada pela exclusão (técnica) de diferentes línguas e alfabetos do Sistema de Nomes de Domínio (DNS) e sistema de email. A título de exemplo, na sessão “At-Large AFRALO<sup>3</sup> : Building a Multilingual Internet: Opportunities and Challenges”, foram apresentados os resultados de um survey realizado aos membros desta organização, e que revelaram que 59.3% considera que a UA é fundamental para assegurar um nível de tratamento equitativo na esfera dos nomes de domínio, 44.4% considera que a infraestrutura técnica atual da Internet suporta pobremente a UA, e 63% considera que a UA é fundamental para garantir a inclusão digital de milhões de utilizadores em África. Nos últimos anos, a ICANN tem lançado vários projetos e iniciativas que visam, precisamente, disseminar e defender a UA juntos dos domínios de topo da Internet, mas há visivelmente ainda um longo caminho a percorrer, pelo que a definição deste objetivo estratégico parece alinhada com as

necessidades da comunidade DNS. Um dos propósitos desta iniciativa é justamente aumentar o número de registos, ser mais competitivo, e chegar a novos públicos. As barreiras encontradas resultam do facto dos registries terem outras e mais prementes prioridades, mas também da circunstância da relevância da UA ser manifestamente desconhecida.

Em termos de colaboração, a ICANN tem largamente apostado no continente Africano, tendo lançado a Coalition for Digital Africa, de que a LusNIC é parte ativa, trazendo os países africanos da Lusofonia às ações de capacitação técnica desenvolvidas neste âmbito.



---

<sup>3</sup>African Regional At-Large Organization.



O quarto e último pilar da proposta de Plano Estratégico 2026-2030 é **“Strengthen the security of the unique identifier system”**, o que pressupõe, designadamente, um reforço da responsabilidade partilhada de garantir a segurança e a estabilidade do DNS, por exemplo, através da identificação e mitigação de ameaças de (ciber)segurança. Este pilar estratégico está totalmente alinhado com as alterações avançadas pela ICANN, e em vigor desde o passado mês de abril, aos Registry Agreements (RA) e Registrar Accreditation Agreement (RAA), pelas quais se uniformizou o conceito de DNS Abuse – uso do DNS para disseminação de malware, phishing, pharming, botnets e/ou spam, quando serve de mecanismo de propagação de outras formas de DNS Abuse - e se introduziram novas responsabilidades de mitigação de situações qualificadas de DNS Abuse. Como bem explicado na sessão “ccNSO: The RA & RAA Amendments, What Can ccTLDs Learn?”, com a recente revisão dos RA e RAA “registrars must promptly take the appropriate mitigation action(s) that are reasonably necessary to stop, or otherwise disrupt, the registered name from being used for DNS Abuse, while registries must take the appropriate mitigation action(s) that are reasonably necessary to contribute to stopping, or otherwise disrupting, the domain names from being used for DNS Abuse”.

Note-se, contudo, que não houve qualquer intenção da ICANN de



incluir no conceito de DNS Abuse o *“online ilegal content”*, que tantos advogam dever ser aqui incluído. Reconhecendo as suas competências e limitações, bem como a dos registries e registrars, a ICANN dá fortes indícios de querer continuar a afastar-se da assunção de responsabilidades em matéria de identificação e remoção de conteúdos ilegais online. Este entendimento foi, inclusivamente, reiterado em Kigali numa decisão muito importante do Board que pôs termo à proposta apresentada por alguns candidatos à nova ronda de delegação de gTLD’s, que tencionava permitir aos governos representados no GAC (ou à direção da

ICANN, ou a qualquer outra parte influente com poder de pronúncia sobre as candidaturas aos novos gTLD's) condicionar a atribuição de domínios ao compromisso de monitorização e regulação dos conteúdos publicados online sob os respetivos nomes de domínio de segundo nível que viessem a ser registados.

No **contexto dos gTLD's**, foi nesta edição apresentada a segunda ronda, cuja fase de registo se estima para o segundo quadrimestre de 2026. Neste momento está já preparado o programa de apoio ao processo de registo, ASP (*Applicant Support Program*), sem restrições de acesso a nível geográfico, embora em muito direcionado ao Sul Global. Em termos financeiros prevê-se uma atualização do valor da candidatura que se estima rondar os 200 000USD.

No entanto, e como convenientemente destacado na sessão *“Geopolitical, Legislative, and Regulatory Developments Update”*, a cibersegurança, a proteção dos direitos de propriedade industrial online e a defesa dos direitos do consumidor no ambiente digital continuam e continuarão a ser dos temas mais “quentes” e desafiantes da atualidade legislativa e regulatória mundial, especialmente para os ccTLD's que, como bem referido numa das sessões em Kigali, *“for ccTLD's managers the necessity to balance*

*internacional standards with local realities is paramount”*. Por tudo o que se disse, não se nos afigura possível outra solução que não a da inclusão destas temáticas no próximo Plano Estratégico da ICANN.

Como tivemos oportunidade de referir, o primeiro draft do FY26-30 ICANN Strategic Plan foi apresentado em Kigali e já foi submetido aos comentários e contributos dos membros do ccNSO. De seguida, o *Board Strategic Planning Committee (BSPC)* irá rever este primeiro draft, considerando os contributos já recebidos, e submeterá uma nova versão a consulta pública, entre os meses de julho e setembro, momento em que todos os interessados terão oportunidade de se pronunciar sobre os pilares e objetivos estratégicos da ICANN para o próximo quadriénio. O Plano deverá ser adotado entre dezembro de 2024 e janeiro de 2025, contudo, mesmo depois da sua adoção, continuará a ser revisto, e a sua execução analisada, anualmente, procurando, assim, assegurar-se maior transparência e eficiência na sua aplicação.

Continuaremos atent@s!





pt.pt  
facebook.com/dns.pt  
pt.linkedin.com/in/dnspt



*Produção: junho 2024*  
*Grafismo: .PT*